

3

**INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E AS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES EUA-
CHINA E OS EPISÓDIOS SOBRE O 5G E O APLICATIVO TIKTOK**

**TECHNOLOGICAL INNOVATIONS AND INTERNATIONAL
RELATIONS: REFLECTIONS ON US-CHINA RELATIONS AND
EPISODES ABOUT 5G AND THE TIKTOK APPLICATION**

Nigel Stewart Neves Patriota Malta*

Fabiano Lucio de Almeida Silva**

Orlando Rocha Filho***

Maria Juliana Dionísio de Freitas****

Mayssa Pinheiro de Carvalho*****

RESUMO: O presente ensaio aborda as relações internacionais entre a China e o Estados Unidos da América à luz das teorias do Poder Hegemônico e do Realismos Internacional. Para tanto, faz-se uma análise da evolução econômica da China e suas relações internacionais a partir da Revolução Maoísta até o ano de 2020, como também, a sua entrada no cenário internacional como Estado revisionista em busca da hegemonia internacional. Ainda nesta análise, reflete-se sobre as disputas comerciais sino-americanas em relação a empresas de tecnologia de informação e comunicação, como a TikTok e Huawei nos últimos anos. Observou-se a possibilidade de aplicação da Teoria do Poder Hegemônico para explicar as disputas existentes nas últimas duas décadas, como também aplicação da Teoria Internacionalista do Realismo, notadamente, do Realismo Ofensivo.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais; Teoria do Poder Hegemônico; Realismo Internacional; Tecnologia de Informação e Comunicação.

ABSTRACT: This essay addresses the international relations between China and the United States of America in the light of the theories of Hegemonic Power and International Realisms. To this end, an analysis is made of China's economic evolution and its international relations from the Maoist Revolution until the year 2020, as well as its entry into the international scenario as a revisionist state in search of international hegemony. Still in this analysis, it reflects on the Sino-American trade disputes in relation to information and communication technology companies, such as TikTok and Huawei in recent years. The possibility of applying the Theory of Hegemonic

* Doutorando em Educação (UFAL). Mestre em Direito (UFAL). Graduado em Direito (CESMAC). Professor Titular I da Faculdade Cesmac do Agreste. Foi Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, onde atua como Chefe de Gabinete. E-mail: nigel.malta@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3983490925456375>.

** Doutorando em Direito (UNESA/RJ). Mestre em Saúde Coletiva (IEP-HSL). Pós-graduação Lato Sensu em Direito Administrativo (Centro Educacional Renato Saraiva) e Direito Processual (CESMAC), Pós-Graduação em Gestão em Saúde (ENSP/FIOCRUZ). Graduação em Direito (CESMAC) e Administração (UNEAL). Licenciado em Sociologia (UNOPAR). Professor no Curso de Direito da Faculdade CESMAC do Agreste. Lattes iD <http://lattes.cnpq.br/0352721431140591>. E-mail: fabiano.silva@cesmac.edu.br

*** Doutorando em Letras (DINTER- CESMAC-PUC MINAS). Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Público (CESMAC). Graduação em Direito (UFAL). Atualmente é Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e coordenador do curso de Direito da Faculdade Cesmac do Agreste. E-mail: o.rochafilho@gmail.com

**** Mestra em Direito Público/Fundamentos Constitucionais dos Direitos (UFAL). Pós-graduação Lato Sensu em Direitos Humanos (UFAL). Graduação em Direito (UFAL). Advogada, pesquisadora e professora da Faculdade Cesmac do Agreste. E-mail: maria.freitas@cesmac.edu.br

***** Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Cesmac.

Power to explain the existing disputes in the last two decades was observed, as well as the application of the Internationalist Theory of Realism, notably, of Offensive Realism.

KEYWORDS: International relations; Hegemonic Power Theory; International Realism; Information and Communication Technology.

SUMÁRIO: Introdução; 1 Imperialismo, hegemonia e soberania estatal no sistema internacional contemporâneo – breves considerações; 2 O despertar da china no pós-guerra fria: o surgimento de uma potência emergente; 3 A disputa comercial entre china e eua: uma luta pela hegemonia internacional; 4 As inovações nas tecnologias de informação e comunicação e o protagonismo da china: o caso 5g e tiktok; Conclusão; Referências.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade internacional tem sofrido transformações profundas em suas estruturas sociais, econômicas, político e culturais advindas de fenômenos como a globalização econômica, de processos de disputa de hegemonia entre os grandes atores internacionais, da regionalização e interdependência entre países. Por óbvio, esses temas têm sido pautas de discussões acadêmicas, políticas e empresariais sobre o futuro das relações internacionais.

Ao final da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), o tabuleiro do xadrez internacional foi modificado pela ascensão de duas grandes superpotências em lados antagônicos: O Estados Unidos da América (EUA), liderando o bloco capitalista, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), liderando o bloco socialista. Ambas as nações disputavam a hegemonia internacional de influenciar os rumos políticos e econômicos dos outros países, com o uso de seu poderio militar, tecnológico e econômico numa disputa que ficou conhecida como ‘Guerra Fria’ (1945-1991).

Ao longo da Guerra Fria, as duas superpotências arregimentaram países para os seus lados, criaram planos econômicos e organizações internacionais (Plano Marshall, Pacto de Varsóvia, OTAN etc.) e disputaram o poder de hegemonia sobre o mundo até o ano de 1991, quando o regime soviético implodiu. A partir daí, o Sistema Internacional pós-Guerra Fria será assinalado pela sobreposição da ideia do modo de produção capitalista norte-americano.

A aceleração do fenômeno da globalização trouxe ao cenário internacional contemporâneo uma nova formatação que demanda uma percepção diferenciada e a incorporação de novas perspectivas. (HERZ, 1997). Após 46 anos (1945-1991) de tensões entre

as citadas nações, marcados pela presença da “ameaça nuclear de destruição recíproca (*nuclear deterrence*)”, mitigou-se a anarquia, própria das relações entre os Estados, num mundo cujo contexto tinha uma ideia de unipolaridade ocidental. (AMORIM, 1998)

A figura da sociedade internacional passa a ser vista como consequência da expansão civilizatória do Ocidente, representada, entre outras características, pela globalização. Esta, de acordo com Anthony Giddens, “está profundamente marcada pelo poderio político e econômico dos Estados Unidos da América e arrasta com ela consequências muito desiguais”, sem, no entanto, implicar somente a representatividade de dominação do mundo ocidental, mas afetando diversos outros países. (GIDDENS, 2000, p. 17)

Com o passar dos anos, os efeitos da globalização promoveram tal afetação aos demais países, levando à ascensão de outros Estados, inclusive situados no Oriente. Esse é o caso da República Popular da China, que a partir da década de 1970, mediante reformas políticas e econômicas promovidas pelo seu então líder supremo, Deng Xiaoping, experimenta um grande crescimento econômico, vindo a alcançar em 2018 a segunda colocação na economia mundial, sobretudo em face da expansão do comércio internacional e da produção e exportação de tecnologia. (CREMA, 2000)

Essa posição de destaque alcançada pela China inevitavelmente causa tensões com os EUA. Algumas tensões mais recentes, que dão origem ao presente ensaio, dizem respeito exatamente à disputa pelo controle de inovações tecnológicas. O palco da política internacional já está, em certa medida, inserido nas perspectivas de enfrentamento assumidas pelos países em busca do domínio sobre os avanços tecnológicos, porquanto tal apreensão tecnológica pode representar fator crucial de desenvolvimento do país.

1 IMPERIALISMO, HEGEMONIA E SOBERANIA ESTATAL NO SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO – BREVES CONSIDERAÇÕES

Em um sistema internacional incerto, onde as relações de poder são disputadas entre vários atores internacionais, faz-se necessário uma análise acurada dos diversos cenários que se estabelecem. Uma ferramenta significativa para essa análise é a chamada ‘Teoria da Guerra Hegemônica’, onde se estuda a hegemonia das potências estatais no sistema internacional. De acordo com Violante, Marroni e Maia,

A guerra hegemônica é diferente de outras guerras, pois remodela o Sistema Internacional, promovendo mudanças na hierarquia de poder entre os Estados. Sua

causa principal é sempre implícita – a desconformidade da ordenação maior entre os Estados, seja de origem política, econômica, estratégica, ideológica e estrutural. Seus resultados são imprevisíveis, podendo, inclusive, um terceiro Estado tirar grande proveito do embate entre os dois contendores. (2020, p. 532).

A história mundial é pródiga em conflitos armados que modificaram o cenário internacional através da redistribuição do poder político, econômico, ideológico. O Estado vencedor assume um papel de hegemonia em relação aos outros e impõe seus valores, ideias e cultura aos derrotados. Por exemplo, a Guerra dos Trinta Anos (1618-48), as Guerras Napoleônicas (1792-1815), a 1ª Guerra Mundial (1914-18), a 2ª Guerra Mundial (1939-45). (GWADABE; SALLEH; AHMAD, 2020). Todos esses conflitos buscavam modificar o sistema internacional existente, onde as potências emergentes (atores revisionistas) questionam o sistema e as relações internacionais existentes, entrando em choque com Estados hegemônicos.

Conforme Violante, Marroni e Maia (2020, p. 533), um Estado hegemônico é “uma potência que exerce sobre os outros Estados uma preeminência não apenas militar, mas econômica e cultural, condicionando-lhe as opções a serem seguidas, em face do seu elevado potencial intimidatório e coercitivo”. É a chamada ‘Teoria do Poder Hegemônico’, onde a estabilidade do sistema internacional é obtida mediante a satisfação do Estado hegemônico e sua não contestação pelos outros atores internacionais. Quando estes começam a questionar a distribuição de poder, ameaçam a estabilidade do sistema, gerando um conflito.

Neste sentido, Gwadabe, Salleh e Ahmad (2020) apontam que as disputas pelo poder no sistema internacional entre atores hegemônicos e atores em ascensão (reivindicantes) traz em si um grande potencial de conflitos ou guerras.

[...] as nações passam por três estágios de transição de poder. Primeiro, o Estágio de Poder Potencial, seguido pelo Estágio de Crescimento Transicional em Poder e, por último, o Estágio da Maturidade de Poder. [...] os principais indicadores do poder relativo de uma nação são o tamanho da população, a força industrial e a organização política. (GWADABE; SALLEH; AHMAD, 2020, p. 133).

Ao final da 2ª Guerra Mundial, uma nova ordem mundial foi produzida com os acordos de Bretton Woods (1944)⁶, a Conferência de Potsdam⁷ (1945) e a criação da Organização das Nações Unidas (1945), onde duas superpotências emergem como nações hegemônicas: os EUA e a URSS. Ambas consolidaram e impuseram suas diretrizes político-econômicas as outras

⁶ As Conferências de Bretton Woods tiveram como resultado a criação de um sistema de gerenciamento econômico internacional, onde regras para as relações comerciais e financeiras internacionais eram estabelecidas. Esse sistema elevou a hegemonia norte-americana, já que o sistema se baseava na potência dominante para coordenar o sistema.

⁷ A Conferência de Potsdam reuniu os três países vitoriosos na 2ª Guerra Mundial (Reino Unido, Estados Unidos e URSS) para decidir o destino da Alemanha, o estabelecimento da ordem pós-guerra, além de assuntos relacionados a manutenção da paz e recuperação no pós-guerra.

nações, fazendo surgir “uma nova política neocolonialista de viés econômico por parte dos EUA e, em menor escala, pelas demais potências centrais” (VIOLANTE; MARRONI; MARIA, 2020, p. 534).

2 O DESPERTAR DA CHINA NO PÓS-GUERRA FRIA: O SURGIMENTO DE UMA POTÊNCIA EMERGENTE

A queda do muro de Berlim (1989), seguido do colapso político-econômico da URSS (1991), pôs fim ao conflito da Guerra Fria e saída do jogo internacional de um importante ator hegemônico, ampliando a hegemonia dos EUA. Nesse interim, outras nações buscaram mais espaço no cenário internacional, de modo especial, a China.

Por quase cem anos (Guerra do Ópio, 1839, e a Revolução Chinesa, 1949), a China permaneceu numa trajetória de isolamento no cenário internacional, com algumas interações com as nações ocidentais, notadamente os EUA. Martins e Silva (2020) apontam que excluído um período de 21 anos, entre os anos 1950-1971, de animosidade entre a China e EUA, as relações entre esses países sempre foram amistosas com a política de diplomacia ‘*Open Door*’ para a China, onde milhares de trabalhadores chineses imigraram para os EUA para trabalharem na construção das estradas de ferrovias ligando o Leste ao Oeste, como também do apoio norte-americana a China na guerra Sino-japonesa na 2ª Guerra Mundial.

Com o final da 2ª Guerra Mundial, a China passa por uma transformação que já se encontrava em gestão ao longo da guerra. O Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Tsé-Tung, venceu o conflito com o Partido Nacionalista (Kuomintang), estabelecendo a República Popular da China, em 1949. O cenário do país era o pior possível, já que a jovem República surgiu devastada pelas guerras com o Japão, com sua economia desestruturada e uma inflação alta. (DAMAS, 2014)

Sob o controle de Mao, o país inicia um processo de planificação da economia através da nacionalização do modo de produção. Como afirma Damas,

Uma estratégia mais radical em direção ao socialismo e à economia de planejamento central parecia ser o cerne da política central a partir de 1955. Incentivos foram derrubados, a propriedade privada rapidamente passou a ser substituída pela propriedade coletiva ou estatal, as cooperativas e o processo de coletivização da produção da zona rural alcançaram níveis acelerados, transformando mais tarde os coletivos em comunas, que nada mais eram do que coletivos maiores que agrupavam maior número de fazendeiros. (2014, p. 51)

Essa estratégia de desenvolvimento planejado chinês foi denominada de “Grande Salto à Frente” e tinha por objetivo aumentar o desenvolvimento nacional através da melhoria do desempenho do setor primário da economia, onde ocorreu o uso da força coercitiva do Estado Chinês para transferir grandes parcelas da população das atividades agrícolas tradicionais para a industrialização rural. A partir de 1960, por se encontrar isolada do mundo ocidental por boicote internacional do bloco capitalista, e rompida com sua antiga parceira, a URSS, a China de Mao Tsé-Tung implanta uma agressiva política de industrialização baseada na modernização e transferência da base industrial do litoral para o interior do país, com a transferência de grandes massas populacionais para essas regiões. (DAMAS, 2014)

A política de isolamento chinesa começa a ser modificada com a ascensão ao poder de Deng Xiaoping e sua política de reforma interna gradual e abertura/inserção da China no cenário internacional, optando “por uma reforma gradual do sistema econômico, derrubando algumas barreiras inicialmente no setor rural, para que indivíduos e empresas familiares privadas pudessem atuar de maneira empreendedora, atendendo às significativas necessidades de mercado”. (DAMAS, 2014, p. 79)

A partir dos anos 80, Deng Xiaoping inicia o processo de reabertura das fronteiras chinesas para o capital estrangeiro através da criação de zonas econômicas especiais (ZEEs), em áreas pré-definidas. As ZEEs eram grandes áreas provinciais onde era implantada uma política econômica especial, juntamente com um gerenciamento econômico particular distinto do planejamento central do restante do país, ou seja, elas eram ‘pequenas ilhas de capitalismo dentro do oceano socialista, mas sob a fiscalização do governo’. Damas (2014, p. 81) aponta que “tais áreas aplicavam ambas as abordagens reformistas, responsabilidade familiar e abertura, um cenário favorável ao empreendedorismo e à formação de *joint ventures*, com empresas estrangeiras trazendo tecnologias e capital para o país”.

Essa política desencadeada por Deng Xiaoping se insere num quadro, simultaneamente, de reestruturação tanto do capitalismo, quanto do poder global dos Estados Unidos. Por um lado, iniciava-se a 3ª Revolução Industrial, com novos mecanismos de organização da produção (toyotismo) e uma emergente divisão internacional do trabalho. Por outro, o *hegemon* (Estados Unidos) buscava restabelecer o controle sobre o sistema monetário-financeiro internacional através do padrão dólar flexível, combinado com a escalada militar dos anos 1980 (Reagan) contra a URSS, com a ofensiva comercial contra Japão e Alemanha (Acordo de Plaza-1985) e com a respectiva aproximação com a China comunista – num quadro de retirada estadunidense do Vietnã e de acirramento da rivalidade de ambos, China e Estados Unidos, com a URSS. O caso chinês é sintomático da capacidade de formulação de políticas nacionais adequadas às mudanças sistêmicas, demonstrando a possibilidade de superação das vulnerabilidades domésticas e internacionais. (PAUTASSO, 2019, p. 188).

Quando da queda da URSS, em 1991, o governo de Deng Xiaoping enxergou a oportunidade de crescimento chinês no cenário internacional desde que o país se configurasse como um destino seguro de investimentos internacionais, especialmente norte-americanos, rivalizando com qualquer possibilidade de migração de recursos europeus e norte-americanos com as antigas repúblicas da ex-URSS.

[...] As reformas econômicas e sua meta de modernização baseavam-se em um cenário geopolítico em que a China poderia se firmar como uma nação hegemônica na Ásia, juntamente com os Estados Unidos e com a União Soviética, sem necessidade de se alinhar com nenhuma delas. Com o esfacelamento da União Soviética, os Estados Unidos poderiam simplesmente ignorar a China ou, pior, o mercado internacional poderia ver as novas repúblicas da antiga União Soviética como polos atrativos para aportarem seus investimentos, necessários à reconstrução desses países, deixando a China em segundo plano. [...]. (DAMAS, 2014, p. 97).

Martins e Silva (2020) salientam que ao final do Guerra Fria, a política norte-americana fortaleceu sua política de transferência de empresas e capitais para a China, numa política de ampliação de influência na Ásia oriental, onde “a construção do eixo sino-americano articulou a globalização financeira estadunidense ao embrionário milagre econômico chinês, impulsionando mudanças significativas na divisão do trabalho e, conseqüentemente, nas configurações de poder no mundo” (PAUTASSO, 2019, p. 188). Esse processo de transferência de capitais para a Ásia, permitiu o desenvolvimento e fortalecimento de várias nações asiáticas e a construção do eixo sino-americano que serviu para o fortalecimento da ação financeira norte-americana na região, ao mesmo tempo que impulsionou o milagre econômico chinês.

3 A DISPUTA COMERCIAL ENTRE CHINA E EUA: UMA LUTA PELA HEGEMONIA INTERNACIONAL

Para se compreender as disputas comerciais entre EUA e China, faz-se necessário analisar a trajetória econômica chinesa no final do século XX, quando Deng Xiaoping implanta uma política de renovação da política econômica chinesa para suas atividades agrícolas, de indústria de base, de empreendedorismo nas ZEEs, e o processo de abertura ao mercado internacional, a sociedade internacional estava sofrendo um processo de reestruturação do capitalismo mundial (substituição do fordismo pelo Toyotismo; fortalecimento da influência dos mercados financeiros nas políticas de Estado, hegemonia dos EUA na política internacional etc.). Nesse momento histórico, surge uma parceria sino-americana que “articulou a globalização financeira estadunidense ao embrionário milagre econômico chinês,

impulsionando mudanças significativas na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, nas configurações de poder no mundo” (PAUTASSO, 2019, p. 188).

A partir dos anos 80, a política de abertura de Deng Xiaoping girava em torno do desenvolvimento nacional da capacidade produtiva da indústria chinesa, e para tanto, o governo chinês partiu para a busca de investimentos estrangeiros. Essa política produziu um processo de investimentos de capital e incremento tecnológico no país.

A partir dos anos 2000, a China faz o movimento inverso com suas empresas investindo capital no exterior, expandindo seus negócios em vários países, revelando um novo perfil do país, como uma potência econômica mundial. Nesse sentido, o governo chinês, no século XXI, tem demonstrado uma efetiva capacidade de promover e desenvolver a Política de Inovação, Ciência e Tecnologia (ICT), onde uma forte relação de desenvolvimento nacional e inserção no cenário internacional, como fica bem claro no Projeto *Made in China 2025*.

O desenvolvimento econômico chinês é um caso explícito de simbiose entre o Estado e a iniciativa privada. Desde os anos 1980, e sobretudo a partir dos anos 1990, há uma clara relação entre um Estado que rege um amplo processo de socialização do investimento e uma classe de jovens empreendedores dotados de um inabalável animal spirit. O Estado planeja, financia em condições adequadas, produz insumos básicos com preços baixíssimos e exerce invejável poder de compra. Na coordenação entre o Estado e o setor privado está incluída a "destruição criativa" da capacidade excedente e obsoleta mediante reorganizações e consolidações empresariais, com o propósito de incrementar a "produtividade" do capital. (BELLUZZO; SABBATINI, 2017).

Ainda nesse sentido, Pautasso (2019) aponta que a política econômica chinesa em seu processo de hegemonia internacional atua em várias frentes, como reorganização do seu sistema bancário visando o financiamento público, a saber: “[...] a partir da separação do Banco Popular da China (BPC). Primeiramente, surgiram o China Construction Bank (CCB) para a construção civil, Bank of China (BOC) para transações em moeda estrangeira e o Agricultural Bank of China (ABC) para crédito rural [...]”. Além disso, outros bancos foram criados a partir dos anos 90, como também a criação de bancos multilaterais, “[...] cuja ascendência da China é central, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, o Fundo de Desenvolvimento China-África, o Fundo da Nova Rota da Seda [...]”. (2019, p. 192-193)

A crise econômica norte-americana de 2007, permitiu que a China assumisse o protagonismo nas exportações de capitais, competindo com o Japão e os EUA. Em 2011, o ex-presidente norte-americano Barack Obama (2009-2016), estabeleceu uma nova diretriz para a política externa com uma maior ênfase nas ações bilaterais na região da Ásia-Pacífico. Esta política externa foi denominada de ‘Pivô para a Ásia’ (strategic rebalance), e objetivava no

fortalecimento das relações bilaterais entre os países daquela região, mantendo uma conduta construtiva com a China. O problema foi que as medidas anunciadas ficaram restritas ao campo militar. (MARTINS; SILVA, 2020)

A resposta da China foi holística: em 2011, lançou a *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), sua própria versão de um acordo de livre comércio (gradualista), para contrapor-se ao TPP. Em 2013, lançou a *Belt and Road Initiative* (BRI), oferecendo uma alternativa para a promessa não cumprida da globalização: a efetiva circulação planetária de mercadorias. O plano é unir a Eurásia, desde Tóquio até Roma. No mesmo ano, criou o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), uma vez que o *Asian Development Bank* (ADB) era controlado pelos estadunidenses. No campo militar, a modernização foi consideravelmente acelerada. Todos os destróieres e cruzadores aegis que a China agora possui (9 do Tipo-52D e 1 do Tipo-55), bem como porta-aviões e aeronaves de quinta geração, são posteriores ao Pivô para a Ásia. Além da nova série de mísseis de alcance médio e regional apta a atingir o Japão – *Dong Feng* DF-16; DF-21C; DF-26 – e porta-aviões em movimento – os DF-17; DF-21D; DF-26B. (MARTINS; SILVA, 2020, P. 21)

A política governamental chinesa do ‘Made in China 2025’ (MIC 2025) tem por objetivos: implantar processos de manufatura inteligente; minimizar a dependência tecnológica estrangeira; promover a inovação tecnológica nacional. O documento MIC 2025 aponta 10 setores fundamentais de atuação para o governo chinês, com destaque para as novas tecnologias de informação avançada.

Como é possível concluir, a China entrou no século XXI com um projeto ambicioso de se afirmar como liderança mundial industrial e tecnológica. E é justamente aí que se localiza os últimos conflitos com os EUA. O crescimento chinês nas áreas industrial, tecnológica e de comunicação tem rivalizado acirradamente com a dos norte-americanos, e isso, traz à tona a perspectiva da ‘guerra de hegemonia’, como abordado anteriormente.

EUA e China, as duas superpotências econômicas atuais, estão em rota de colisão pela disputa da hegemonia internacional. A partir do ano de 2018, o grande embate tem sido em relação as TICs, notadamente em relação as tecnologias de 5G e aplicativos.

Em 2017, o *deficit* comercial dos EUA com a China foi de 395 bilhões. Foi então, em 2018, que teve início a Guerra Comercial. Dois anos depois os chineses cederam. Em janeiro de 2020 estabeleceu-se uma versão preliminar do acordo, segundo a qual os chineses comprometeram-se em comprar US\$ 200 bilhões a mais em produtos estadunidenses. Tendo-se em vista a redução substancial e abrupta do *deficit*, tratava-se de um início auspicioso, ainda que sua consecução fosse dar-se às custas da Rússia e do Brasil, que exportam petróleo, minérios e produtos agrícolas. [...]. (MARTINS; SILVA, 2020, P. 22).

4 AS INOVAÇÕES NAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O PROTAGONISMO DA CHINA: O CASO 5G E TIKTOK

Segundo Majerowicz (2020), quando falamos em tecnologias de informação e comunicação (TIC) devemos ter em mente que sua origem advém da ação governamental norte-americana nas áreas de microeletrônica e da computação para suprir as demandas dos setores militares e governamental. Posteriormente, essas tecnologias acabam sendo difundidas para o setor civil e o restante do mundo.

O desenvolvimento das TIC possibilitou novos armamentos e a reestruturação organizacional, tática e estratégica militar, provocando uma Revolução nos Assuntos Militares, enquanto as indústrias e os produtos associados a essas tecnologias tornaram-se os setores mais dinâmicos da economia mundial nas últimas décadas. Ademais, o processo de desenvolvimento e difusão das TIC, capitaneado pelas grandes potências tecnológicas e seus grandes capitais, forjou uma ampla infraestrutura digital de vigilância internacional e de controle social das populações domésticas. (MAJEROWICZ, 2020, p. 74).

Como já mencionado, as estratégias políticas adotadas pela China a partir da década de 1970, com planejamento voltado ao desenvolvimento industrial e abertura internacional, resultaram num enorme crescimento econômico, que notadamente foi utilizado para encetar um envolvimento com a questão tecnológica, de modo que, na atualidade, este país figura como o maior exportador de tecnologias da informação e comunicação, segundo avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), “levando, inclusive, os Estados Unidos a dificultarem a entrada em seu mercado desses bens de origem chinesa”. (CASSIOLATO; PODCAMENI, 2015, p. 516)

A China realizou significativos avanços nos segmentos a jusante do moderno sistema industrial, que resultaram de suas elevadas ambições econômicas, militares e tecnológicas guiadas por políticas industriais, sua estratégia militar e a internacionalização das empresas chinesas [...]. Os objetivos do país e seus avanços concretos desencadearam respostas dos EUA e aliados, consubstanciadas em uma retração da globalização por aqueles que previamente a capitanearam, particularmente os EUA. (MAJEROWICZ, 2020, p. 74-75).

Em estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2015, José Eduardo Cassiolato e Maria Gabriela von Bochkor Podcameni elaboram uma prospecção acerca da eficiência do planejamento chinês e nela asseveram que “as políticas implementadas parecem surtir efeito, e, se os objetivos traçados pelo Estado chinês forem alcançados, em 2020 a China deverá se tornar líder tecnológica mundial”. (CASSIOLATO; PODCAMENI, 2015, p. 516)

Mais do que nunca a busca por novas tecnologias vem pautando os passos geopolíticos, na medida em que hoje se vivencia um marco teórico denominado “Sociedade da Informação”, que pode ser traduzido como uma “nova forma de organização econômica, social, política e cultural [...] que comporta novas maneiras de trabalhar, de comunicar-se, de relacionar-se, de aprender, de pensar e, em suma, de viver”, sendo, seu principal sustentáculo, o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, em especial aquele ocorrido na segunda metade do século XX.(COLL; MONEREO, 2010, p. 15)

É por esse motivo que, como bem pontuou o economista Daniel Sousa, as empresas que se debruçam sobre o ramo da tecnologia, especialmente as que visam à coleta de dados, compõem hoje o grupo das empresas mais valiosas do mundo. (PETIT JOURNAL BP186: Mali, Renda Básica e TikTok, 2020). De acordo com a *Brand Finance*, das dez empresas mais valiosas do mundo, seis são do ramo de tecnologia/mídia: *Google, Apple, Microsoft, Samsung, Facebook e Huawei*. (HAIGH, 2020)

A tecnologia de sistemas de telecomunicação sem fio 5G (quinta geração), que pretende substituir a utilizada atualmente (4G), diz respeito ao uso de internet móvel e se propõe a promover grandes alterações, como um aumento na velocidade das conexões em até cem vezes, além de ampliar as possibilidades de desenvolvimento de inteligência artificial e automatização de máquinas. Majerowicz (2020) salienta que a tecnologia 5G implementa a “internet das coisas”, que permite a inserção de sensores e circuitos integrados em objetos, podendo suportar uma grande quantidade de dispositivos conectados, o que gera imensas perspectivas para os sistemas industriais e comerciais.

A empresa chinesa *Huawei Technologies Co. Ltd.* tem liderado no que tange ao domínio tecnológico para a implementação da 5G e, embora seja uma empresa privada, há desconfianças em relação a eventual risco de espionagem chinesa, o que tem gerado forte desconfiança dos órgãos de segurança norte-americano. (15 MINUTOS – Gazeta do Povo: Tecnologia 5G e o medo da espionagem chinesa, 2019).

Os EUA têm alertado seus protetorados militares e seus aliados sobre potenciais ameaças à segurança nacional colocadas pelo crescente papel da China nas TIC, particularmente nos equipamentos de 5G. Os EUA afirmam que a Huawei, a ZTE e outras empresas chinesas possuem laços estreitos, ainda que obscuros ou informais, com o partido-estado, particularmente com o Exército de Libertação Popular, e que elas poderiam cooperar ou serem compelidas legalmente a colaborar com o partido-estado em seus objetivos políticos e militares, bem como em espionagem industrial. Em sua defesa, a China enfatiza a ausência de provas incontestes de que suas empresas estejam envolvidas em tais tipos de atividades.

Em 2019, a Huawei e suas subsidiárias foram adicionadas à “lista de entidades” do Escritório da Indústria e Segurança do Departamento de Comércio dos EUA (Bureau of Industry and Security, BIS), ficando barradas de realizar negócios com empresas

americanas ou comprar produtos com tecnologias americanas sem aprovação oficial do estado. (MAJEROWICZ, 2020, p. 80-81).

O Reino Unido chegou a anunciar que autorizaria a empresa chinesa *Huawei* a desenvolver a infraestrutura necessária para a disponibilização da rede 5G, embora a considere uma fornecedora de alto risco; por isso, impôs limitação de participação – esta não poderia ser maior do que 35% no respectivo sistema, o que evidentemente não agradou aos EUA (XADREZ VERBAL #220 – Europa, América Latina e paz de Trump, 2020). Posteriormente, o Reino Unido determinou a exclusão da *Huawei* da sua rede 5G, cedendo à pressão estadunidense – que definiu a referida empresa como uma ameaça à segurança norte-americana –, mesmo diante do prognóstico de que tal decisão poderá atrasar a efetivação da tecnologia em até três anos, sem olvidar os custos adicionais da medida. (G1 – Economia, 2020)

Em maio de 2019, [o presidente norte-americano Donald] Trump banuiu as operações da empresa [Huawei] no país e lançou uma ordem executiva para as empresas de semicondutores interromperem seu fornecimento à China – posteriormente essas mediadas tiveram sua vigência adiada. Apenas 16% dos semicondutores usados na China são produzidos no país, e somente metade destes são feitos por empresas chinesas. Mesmo tendo um investimento em semicondutores planejado num total de US\$ 118 bilhões ao longo de cinco anos (“Made in China 2025”), isto significaria a interrupção abrupta do fornecimento que colocaria em grave risco a indústria eletrônica no país. A pressão econômica foi acompanhada pela militar, ocorrendo um aumento significativo das missões de “Liberdade de Navegação” (FON) no Mar do Sul da China, não raro se produziram incidentes entre embarcações estadunidenses e chinesas. (MARTINS; SILVA, 2020, p. 22-23)

Em contexto similar, verifica-se discussão bastante atual ao aplicativo *TikTok* – rede social que tem como principal atrativo a criação de vídeos curtos, com dublagens, filtros, músicas e outras funcionalidades. No dia 6 de agosto de 2020, o Presidente Donald Trump, assinou um decreto vedando transações, após 45 dias, envolvendo a empresa chinesa que figura como principal proprietária do aplicativo, *ByteDance*. (XADREZ VERBAL #237 – Beirute, América Latina e TikTok, 2020)

A política de hostilidade do governo do ex-presidente Donald Trump, pode ser observada segundo o internacionalista Tanguy Baghdadi, além do decreto presidencial e vários discursos do ex-presidente, durante a sua campanha eleitoral à reeleição, em quatro dias, fez 379 anúncios pagos no *Facebook*, empresa norte-americana, contrários ao aplicativo *TikTok*. (PETIT JOURNAL BP186: Mali, Renda Básica e TikTok, 2020)

O *TikTok*, primeira rede social chinesa com alcance global, tem 100 milhões de usuários nos EUA (PETIT JOURNAL: Dia D, 2020). e já conta com mais de 2 bilhões de downloads (FREIRE, 2020), sendo enorme o descontentamento por parte do governo dos EUA, já que o

aplicativo chinês tem assumido uma popularidade interna de grande monta. Com o decreto presidencial que estabeleceu um ultimato, há a sugestão de que o aplicativo poderia ser comprado por uma empresa estadunidense, visando a retirar o controle, sobre as informações dos usuários, de uma empresa chinesa.

Algumas empresas como a *Oracle* e a *Microsoft* apresentaram interesse em comprar o *TikTok*, mas a última teve sua oferta rejeitada. Até 15 de setembro deste ano – prazo final estabelecido por Trump –, nada aconteceu; a sugestão para a venda do aplicativo a uma empresa estadunidense não apresentou resultados positivos, até porque a *ByteDance*, em razão das circunstâncias políticas internas, teria de pedir a chancela do governo chinês para efetuar a referida transação, o que, conforme aponta Daniel Sousa, faz com que a China assumira, de fato, um papel central na operação. O governo chinês chegou a sinalizar contrariamente, indicando que seria melhor o encerramento das atividades do *TikTok* nos EUA. (PETIT JOURNAL: Dia D, 2020)

Explicita-se, a par disso, o cenário de anarquia e hostilidade presente nas relações entre EUA e China, notadamente relacionado aos aspectos tecnológicos da coleta de dados. Não obstante, vislumbra-se que tal contexto pode vir a se ampliar e influenciar outras transações envolvendo plataformas ligadas à China, o que certamente poderia trazer prejuízos econômicos aos afetados. (XADREZ VERBAL #237 – Beirute, América Latina e TikTok)

Enquanto isso não se concretiza, ambos os líderes políticos seguem fazendo duros discursos. Na 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, Xi Jinping, atual Presidente da República Popular da China e Secretário-Geral do Partido Comunista da China, proferiu declarações indiretamente direcionadas aos EUA, ao mencionar que nenhum país teria o direito de dominar assuntos globais, bem como que não deve haver um país hegemônico e que o unilateralismo é um problema. (PETIT JOURNAL: 75ª Assembleia Geral da ONU, 2020)

Ainda em 2020, o ex-presidente Trump, em sua manifestação, também destilou ataques ao governo chinês, especialmente em razão da pandemia do novo coronavírus. A “administração americana tem atacado o Partido Comunista Chinês pela pandemia, por interferir em eleições, espionagem nos EUA e por influenciar outros países”. (PETIT JOURNAL: 75ª Assembleia Geral da ONU)

O contexto exposto nos leva inevitavelmente a um olhar sob a perspectiva do Realismo, que embora passível de críticas – como toda teoria –, é tratado “como a corrente teórica ainda dominante das Relações Internacionais”. (PECEQUILO, 2004). Isso porque, enquanto o

Liberalismo promove uma visão das relações entre as nações a partir do livre mercado/comércio – onde “, a competição de mercado não é conflito, mas antes uma cooperação pacífica” – e da cooperação entre os Estados (DANTAS, 2014), e o Marxismo dá ênfase ao fator dominação entre Estado opressor e Estado oprimido, em paralelo ao ideário sobre a burguesia e o proletariado (NOGUEIRA, MESSARI, 2005), resta verificada a hostilidade nas tratativas entre os EUA e a China, inclusive com sanções oficiais e discursos recheados de retórica acusatória mútua, amoldando-se mais especificamente à corrente realista.

Houve, portanto, a necessidade de repensar novos atores e novos temas à *high politics*. Surgiram ou foram apresentados outros conceitos e teorias, que adquiriram fundamentos mais estruturalistas. O próprio realismo e liberalismo adequaram-se a essa nova realidade. O institucional-liberalismo de Nye (2012) afirma que a manutenção da hegemonia depende do exercício habilidoso de um complexo conjunto de recursos e relações comportamentais de poder. Para ele, ocorrem, na contemporaneidade, fenômenos de difusão e transferência de poder em escala global, o que impede que os recursos de *hard Power* (aplicação do poder econômico e militar) sejam suficientes, isoladamente, para garantir a dominação dos Estados hegemônicos. A combinação desses recursos *hard* com os instrumentos de *soft power* formariam uma estratégia *smart*, mais eficiente para tal objetivo político. É uma teoria aplicada a Estados não revisionistas, que buscam maior poder relativo pelo *bandwagoning* e, obviamente, à manutenção de poder do atual *Hegemon* – os EUA. (VIOLANTE; MARRONI; MAIA, 2020, p. 540).

De igual modo, o Realismo sofreu alterações por seus teóricos maiores. Tanto Waltz quanto Mearsheimer, a partir dos anos 1970 e 1980, compreenderam a necessidade de introdução do fator ‘estrutural’ à análise teórica, uma vez que compreendia que apenas o ‘fator humano’ era incapaz de explicar o comportamento dos Estados contemporâneos. “Os fatores exógenos e as características do nível sistêmico passaram a ser variáveis independentes para tais teorias. Assim, opta-se pela racionalidade, na tentativa de se combater as paixões, evitando atitudes baseadas no ímpeto da conquista” (VIOLANTE; MARRONI; MAIA, 2020, p. 541).

A teoria do Realismo nas Relações Internacionais passou a ser dividida em defensivo e ofensivo. Para Watz (2002), no realismo defensivo o propósito principal é o equilíbrio do sistema internacional e para tanto se evita os conflitos e o surgimento de novas hegemonias, onde os Estados buscam o máximo de poder com o intuito de manter sua posição no cenário internacional. Por consequência, o realismo defensivo se manifesta como uma corrente conservadora. Já o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) aponta que há uma disputa pela hegemonia internacional, e dessa forma é necessário que o Estado adquira o máximo de poder possível, elevando sua posição internacional e barrando a ação de outros competidores por causa do poder hegemônico adquirido.

Nessa teia de ideias e fatos, os EUA no governo de Donald Trump manifestaram-se claramente na perspectiva do Realismo Ofensivo de Mearsheimer. Conquanto o referido autor afirme nunca ter havido um Estado hegemônico – *hegemon* –, nota-se a luta constante entre EUA e China em busca da assunção de tal posição, ao menos sob o prisma tecnológico. (MEARSHEIMER, 2001)

CONCLUSÃO

O presente artigo abordou as teorias do Poder Hegemônico e o do Realismo na situação de cooperação e conflito entre a China e os Estados Unidos da América, com ênfase ao atual conflito sobre a hegemonia internacional na indústria de Tecnologias de Inovação e Comunicação.

A análise do processo histórico das relações internacionais desses países, apontam que a teoria da Hegemonia pode ser aplicada, onde nas últimas décadas os EUA têm promovido uma série de políticas econômicas, militares e tecnológicas interna e externamente visando se manter como o grande *hegemon*, prática esta que se origina ainda no século XIX (doutrina Monroe e a política do *Big Stick*) até o momento atual.

A ascensão econômica e militar da China compromete a hegemonia norte-americana. Durante muitos anos, a corrente realista defensiva apontava que a grande interdependência econômica existente entre EUA e China evitaria grandes conflitos, além de que, como os dois Estados possuem armas nucleares, seria um fator de controle.

O governo do ex-presidente Donald Trump e sua prática belicosa de provocar e atacar no campo econômico a China, levou vários analistas a reverem a perspectiva defensiva para uma análise realista mais ofensiva, onde estes atores internacionais buscam ampliar o seu poder a partir de políticas econômicas mais incisivas e assertivas, além da manutenção de altos orçamentos em recursos militares.

Os casos emblemáticos de disputa comercial dos EUA contra a China, através de pressão internacional junto aos seus aliados para proibição ou banimento da oferta de tecnologia 5G pela Huawei e do aplicativo de comunicação/entretenimento TikTok, apontou para uma disputa acirrada de poder hegemônico, onde os dois grandes atores atuais não se mostram dispostos a desistir.

A eleição e posse do presidente Joe Biden impõe um novo cenário ainda não descortinado em relação a próxima política externa dos EUA, a reação do governo chinês e as eventuais consequência dessa disputa para a sociedade internacional.

REFERÊNCIAS

15 MINUTOS – Gazeta do Povo: Tecnologia 5G e o medo da espionagem chinesa. Entrevistador: Márcio Miranda. Entrevistado: Leonardo Desideri. [S. l.]: **Gazeta do Povo**, 2 dez. 2019. Podcast. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/huawei-china-5g-bolsonaro/>. Acesso em: 24 set. 2020.

AMORIM, Celso Luís Nunes. **Entre o desequilíbrio unipolar e a multipolaridade**: o Conselho de Segurança da ONU no período Pós-Guerra Fria. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/amorimdesequil_briounipolar.pdf. Acesso em: 24 set. 2020.

CASSIOLATO, José Eduardo; PODCAMENI, Maria Gabriela von Bochkor. As políticas de ciência, tecnologia e inovação na China. In: Cintra, Marcos Antonio Macedo; SILVA FILHO, Edison Benedito da; PINTO, Eduardo Costa (orgs.). **China em transformação**: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

COLL, César; MONEREO, Charles. **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 15.

CREMA, Gabriella Lenza. **Ascensão pacífica chinesa**: o que isso quer dizer? Politize, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ascensao-pacifica-chinesa/>. Acesso em: 24 set. 2020.

DAMAS, Roberto Dumas. **Economia chinesa: transformações, rumos e necessidades de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2014.

DANTAS, Aline Chianca. Uma análise da concepção de segurança à luz das teorias realistas e liberais das relações internacionais. In: **Revista Século XXI**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2014, p. 121. Disponível em: <http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1881>. Acesso em: 24 set. 2020.

FREIRE, Raquel. **Quem é o criador do TikTok? Cinco fatos sobre a ByteDance**. TechTudo, Marketing Digital, 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2020/07/quem-e-o-criador-do-tiktok-cinco-fatos-sobre-a-bytedance.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2020.

GWADABE, Nasa’i Muhammad; SALLEH, Mohd Afandi; AHMAD, Abdullahi Ayoade. O declínio hegemônico dos Estados Unidos e a crescente influência da China: uma perspectiva crítica sobre a teoria da transição de poder no século XXI. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, [online], v. 9, n. 18, p. 132-153, jul./dez. 2020. Disponível em: Acesso em 16 jun. 2021.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Trad. Saul Barata. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

HAIGH, Richard. **Top 500 Global Brands 2020 Ranking**. *Brand Finance*, 2020. Disponível em: <https://brandirectory.com/rankings/global/table>. Acesso em: 24 set. 2020.

HERZ, Mônica. Teoria das relações internacionais no Pós-Guerra Fria. In: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, vol. 40, n. 2, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 24 set. 2020.

HIGA, Paulo. **Brasil terá “consequências” ao permitir 5G da Huawei, diz embaixador dos EUA**. Tecnoblog, 2020. Disponível em: <https://tecnoblog.net/355578/brasil-tera-consequencias-ao-permitir-5g-da-huawei-diz-embaixador-dos-eua/>. Acesso em: 24 set. 2020.

MAJEROWICZ, Esther. A China e a economia política internacional das tecnologias da informação e comunicação. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 73-102, dez. 2020. Disponível em: <<http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p73>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MARTINS, José Miguel Quedi; SILVA, Athos Munhoz Moreira da. China: entre o engajamento e a guerra. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, [online], v. 9, n. 18, p. 20-24, jul./dez. 2020. Disponível em: Acesso em 16 jun. 2021.

MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics*. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento e poder global da China: a política made in China 2025. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, [online], v. 8, n. 16, p. 183-198, jul./dez. 2019. Disponível em: Acesso em 16 jun. 2021.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: Temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PETIT JOURNAL: 75ª Assembleia Geral da ONU. Apresentador: Tanguy Baghdadi. [S. l.]: Petit Journal, 22 set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-85387203/75-assembleia-geral-da-onu>. Acesso em: 24 set. 2020.

PETIT JOURNAL: Dia D. Apresentador: Daniel Sousa. [S. l.]: Petit Journal, 15 set. 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-85387203/dia-d>. Acesso em: 24 set. 2020.

PETIT JOURNAL BP186: Mali, Renda Básica e TikTok. Apresentadores: Tanguy Baghdadi e Daniel Sousa. [S. l.]: Petit Journal, 19 ago. 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-85387203/bp186-mali-renda-basica-e-tik-tok>. Acesso em: 24 set. 2020.

PETIT JOURNAL BP191: TikTok, ONU, Cuba, Bolsonaro, Trump e risco de uma nova onda. Apresentadores: Tanguy Baghdadi e Daniel Sousa. [S. l.]: Petit Journal, 23 set. 2020. **Podcast**. Disponível em: <https://soundcloud.com/user-85387203/bp-191-tiktok-onu-cuba-bolsonaro-trump-e-risco-de-uma-nova-onda>. Acesso em: 24 set. 2020.

Reino Unido exclui Huawei de sua rede 5G após sanções dos EUA contra a chinesa. G1 – Economia, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2020/07/14/reino-unido-exclui-huawei-de-sua-rede-5g.ghtml>>. Acesso em: 24 set. 2020.

BELUZZO, Luiz; SABBATINI, Rodrigo. Um conto chinês. **Valor Econômico**, 2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/um-conto-chines.ghtml>>. Acesso em: 02 jun. 2021.

Trump ataca China na Assembleia Geral da ONU. G1 – Mundo, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/22/trump-ataca-china-na-assembleia-geral-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 24 set. 2020.

VIOLANTE, Alexandre Rocha; MARRONI, Etienne Vilela; MAIA, André Valente. Reflexões sobre guerra hegemônica na atualidade: China e Estados Unidos da América. **Geosul**, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 531-552, dez. 2020. Disponível em: <<http://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p531>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

XADREZ VERBAL #220 – Europa, América Latina e paz de Trump. Apresentadores: Filipe Nobre Figueiredo e Matias Pinto [S. l.]: Central 3, 31 jan. 2020. **Podcast**. Disponível em: <http://www.central3.com.br/xadrez-verbal-220-plano-de-paz-israel-palestina/>. Acesso em: 24 set. 2020.

XADREZ VERBAL #237 – Beirute, América Latina e TikTok. Apresentadores: Filipe Nobre Figueiredo e Matias Pinto [S. 1.]: Central 3, 8 ago. 2020. **Podcast**. Disponível em: <http://www.central3.com.br/xadrez-verbal-237-beirute/>. Acesso em: 24 set. 2020.

Artigo enviado em: 01/02/2020

Artigo aceito para publicação em: 10/03/2020